

Demonstrações Contábeis

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2025 e 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis..... 1

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração do fluxo de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.
Terra Nova - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 31 de março de 2025, sem modificação.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.




**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.567	4.700
Contas a receber de clientes	5	1.853	635
Impostos a recuperar		98	63
Estoques	6	357	-
Outros ativos		376	222
Partes relacionadas	8	-	117
Total ativo circulante		<u>5.251</u>	<u>5.737</u>
Não circulante			
Caixa restrito	7	2.673	-
		<u>2.673</u>	<u>-</u>
Imobilizado	9	133.932	131.034
Intangível	10	141	-
		<u>134.073</u>	<u>131.034</u>
Total ativo não circulante		<u>136.746</u>	<u>133.162</u>
Total dos ativos		<u>141.997</u>	<u>136.771</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	844	46
Financiamentos	12	8.353	688
Impostos a recolher		328	192
Total passivo circulante		<u>9.525</u>	<u>926</u>
Não circulante			
Financiamentos	12	84.132	69.595
Provisão para desmobilização	13.1	881	-
Impostos diferidos		26	-
Total passivo não circulante		<u>85.039</u>	<u>69.595</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	14	54.701	66.916
Prejuízos acumulados		(7.268)	(666)
Total patrimônio líquido		<u>47.433</u>	<u>66.250</u>
Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>141.997</u>	<u>136.771</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional líquida	15	14.134	576
Custo de operação	16	(10.974)	(6)
Lucro Bruto		3.160	570
Administrativas	16	(28)	(137)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro		3.132	(433)
Receitas financeiras		705	339
Despesas financeiras		(9.251)	(259)
Variação monetária/cambial líquida		-	(1.071)
Resultado financeiro líquido	17	(8.546)	(991)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(5.414)	(558)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(644)	(6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(26)	-
Prejuízo do exercício		(6.084)	(564)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(6.084)	(564)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(6.084)</u>	<u>(564)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	(-) Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (Não auditado)		22.690	(6.120)	(102)	16.468
Aumento de capital		44.226	-	-	44.226
Integralização de capital		-	6.120	-	6.120
Prejuízo do exercício		-	-	(564)	(564)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		66.916	-	(666)	66.250
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	(518)	(518)
Redução de capital	14	(12.215)	-	-	(12.215)
Prejuízo do exercício		-	-	(6.084)	(6.084)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		54.701	-	(7.268)	47.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos	(5.414)	(558)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	5.454	-
Juros e amortização de custos sobre financiamento	9.060	19
Atualização para desmobilização	84	-
Impostos a recuperar - atualização monetária	(4)	-
	<u>9.180</u>	<u>(539)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Contas a Receber de clientes	(1.218)	(634)
Impostos a recuperar	(31)	(63)
Estoques	(357)	-
Outros ativos	(153)	(173)
	<u>(1.759)</u>	<u>(870)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	(547)	(34)
Impostos a recolher	(108)	180
	<u>(655)</u>	<u>146</u>
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>6.766</u>	<u>(1.263)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(400)	(6)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>6.366</u>	<u>(1.269)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Caixa restrito	(2.673)	-
Adições ao Imobilizado e Intangível	(7.697)	(116.536)
Partes relacionadas	117	(1.449)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(10.253)</u>	<u>(117.985)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital	(12.215)	50.346
Captação de financiamentos	15.405	69.595
Pagamentos de encargos de dívidas	(1.436)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>1.754</u>	<u>119.941</u>
(Diminuição) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.133)</u>	<u>687</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.567	4.700
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.700	4.013
	<u>(2.133)</u>	<u>687</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto Operacional

A Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2022, com sede na BR-232/316, Km 534, Zona Rural, Município de Terra Nova, Estado de Pernambuco. A Companhia é controlada pela Luiz Gonzaga Holding S.A. e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir de energia solar, cuja capacidade instalada atual é de 30,0 MW, iniciou as operações em novembro de 2024.

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, o capital circulante líquido da Companhia apresentou saldo negativo de R\$4.274 (positivo de R\$4.811 em 31 de dezembro de 2024).

Essa posição decorre, substancialmente, da classificação, no passivo circulante, da parcela de juros da dívida contraída junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.

A Administração avalia que essa situação não compromete a continuidade operacional da Companhia, uma vez que os compromissos de curto prazo serão adequadamente honrados por meio da geração de caixa operacional, bem como pelo suporte financeiro contínuo dos acionistas controladores, que asseguram os investimentos necessários ao desenvolvimento e à manutenção das operações.

1.2. Contrato de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo:

Tipo	Energia contratada (MWm)	Preço contratado (MWh)	Índice de reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Contrato de compra e venda de energia Incentivada especial-CCEAR (mercado regulado)	8,5000	178,52	IPCA	01/01/2026 à 31/12/2040	Janeiro
Contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada especial-Cv/At 4023/2019	0,132517	164,64	IPCA	01/01/2025 à 31/12/2033	Janeiro
Contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada especial-Gv/Gc 6012/2022	0,284127	165,64	IPCA	01/01/2025 à 31/12/2033	Janeiro

2. Apresentação das demonstrações contábeis

Em 24 de março de 2026, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como garantia física, capacidade de energia, energia não suprida, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações contábeis estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do Ativo Imobilizado e Intangível (nota explicativa 9 e 10);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota explicativa 9 e 10);
- Provisão para desmobilização (nota explicativa 13.1).

A Companhia não possui processos prováveis, possíveis e remotos de perda. Consequentemente, não foi constituída provisão para contingências nas demonstrações contábeis referentes a 31 de dezembro de 2025.

3. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. A adoção das políticas contábeis e os conceitos estão descritos abaixo em cada uma das notas explicativas correspondentes.

3.1. Normas e Interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC18(R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10 IAS 28	Não definida
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	IFRS 9 IFRS 7	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 18	01.01.2026

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações contábeis	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	IAS 1	01.01.2027
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	IFRS 19	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo. Por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.

A Companhia classifica os juros pagos na operação de financiamento em sua Demonstração de Fluxo de Caixa, pois estão totalmente atrelados a estas atividades de obtenção de recursos financeiros, ou seja, a operação de financiamento contratada como estratégia de composição da estrutura de capital da Companhia, sendo está uma estratégia financeira e não operacional.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixas e bancos	325	53
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	<u>2.242</u>	<u>4.647</u>
	<u>2.567</u>	<u>4.700</u>

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados, em média, a taxas 96,5% em 2025 do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Não foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa visto que os riscos de não realização dos ativos são irrelevantes e a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber relacionados com esses contratos.

	Corrente a Vencer		
	<u>Até 60 dias</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Circulante			
Suprimento de energia elétrica	1.465	1.465	635
Suprimento de energia elétrica - Partes relacionadas	388	388	-
Total Circulante	<u>1.853</u>	<u>1.853</u>	<u>635</u>

6. Estoques

	<u>31/12/2025</u>
Materiais em Almoxarifado	357
Total	<u>357</u>

Os principais itens mantidos em estoque referem-se a materiais elétricos sobressalentes, destinados à manutenção e à operação do parque solar da Companhia. Tais materiais são consumidos conforme a necessidade de reposição e manutenção dos ativos operacionais.

7. Caixa restrito

	Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024
Banco Nordeste do Brasil S/A (i)	2.673	-
Total	2.673	-

- (i) Refere-se integralmente ao Fundo de Reserva FIF BNB, remunerado à taxa média de 93,58% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essa aplicação financeira será mantida pela Companhia até a data de seu vencimento em 15/05/2048 como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil S.A. mencionado na nota explicativa 12.

8. Transações com partes relacionadas

	Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Balanco patrimonial			
Ativo circulante			
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (Nota explicativa 5)	Venda de energia	388	-
		<u>388</u>	<u>-</u>
Ativo circulante			
Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S/A (i)	Custos compartilhados - capex	-	74
Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S/A (i)	Custos compartilhados - capex	-	43
		<u>-</u>	<u>117</u>
Total ativo		<u>388</u>	<u>117</u>
Resultado do exercício			
SPIC Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	Venda de energia	2.771	-
Total de receitas		<u>2.771</u>	<u>-</u>
Total Resultado		<u>2.771</u>	<u>-</u>

- (i) Referem-se a custos da obra rateados entre as Companhias do grupo

A Companhia não efetuou pagamentos ou concessões de qualquer natureza aos seus administradores no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

9. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de empréstimos e financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, mas limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia, dos dois o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou indicativo de não realização de seu ativo imobilizado.

a. Composição do Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2025			31/12/2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado							
Imobilizado em serviço - tangível							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,24%	3.134	(108)	3.026	-	-	-
Máquinas e equipamentos	3,24%	135.455	(5.319)	130.136	-	-	-
Outros	3,24%	796	(26)	770	-	-	-
		139.385	(5.453)	133.932	-	-	-
Total do imobilizado em serviço		139.385	(5.453)	133.932	-	-	-
Imobilizado em curso							
Geração		-	-	-	131.034	-	131.034
Total do imobilizado em curso		-	-	-	131.034	-	131.034
Total do Imobilizado		139.385	(5.453)	133.932	131.034	-	131.034

b. Movimentação do Imobilizado

Imobilizado	Valor líquido em 31/12/2024	Adição	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	3.134	(108)	3.026
Máquinas e equipamentos	-	-	135.456	(5.320)	130.136
Desmobilização	-	796	-	(26)	770
Total do imobilizado em serviço	-	796	138.590	(5.454)	133.932
Imobilizado em curso					
Máquinas e equipamentos	131.034	7.556	(138.590)	-	-
Total do imobilizado em curso	131.034	7.556	(138.590)	-	-
Total do imobilizado	131.034	8.352	-	(5.454)	133.932

(i) As informações sobre a desmobilização estão descritas na nota explicativo 13.1

Imobilizado	Valor líquido em 31/12/2023	Adição	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em curso			
Máquinas e equipamentos	13.829	117.205	131.034
Total do imobilizado em curso	13.829	117.205	131.034
Total do imobilizado	13.829	117.205	131.034

10. Intangível

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento da planta de geração de energia solar registrados ao custo de aquisição e formação, deduzindo o valor de amortização. A vida útil estimada para os gastos com desenvolvimento da planta de geração de energia solar é de 20 anos.

Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2025, a administração da Companhia através de teste de *impairment*, identificou que não seria necessária a constituição de qualquer provisão para desvalorização de seus ativos intangíveis.

a. Composição do Intangível

	<u>31/12/2025</u>	
	<u>Custo histórico</u>	<u>Valor líquido</u>
Software	141	141
Total intangível	141	141

b. Movimentação do Intangível

	<u>Valor líquido em 31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2025</u>
Intangível em curso			
Software	-	141	141
	-	141	141

11. Fornecedores

	<u>Circulante</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Encargos de uso do sistema de transmissão	234	-
Suprimento de energia	542	-
Materiais e Serviços	68	46
	844	46

(i) Refere-se a provisão do custo de transação do financiamento (nota explicativa 12)

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que o financiamento esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

a. Composição dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Item	31/12/2025				31/12/2024					
		Encargos		Principal		Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Moeda nacional											
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	i	7.509	-	570	74.132	82.211	688	-	-	69.595	70.283
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	ii	274	-	-	10.000	10.274	-	-	-	-	-
Total		7.783	-	570	84.132	92.485	688	-	-	69.595	70.283
Total de dívidas		7.783	-	570	84.132	92.485	688	-	-	69.595	70.283

b. Características dos empréstimos e financiamentos:

Item	Financiador	Data da assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a.	Pagamento principal	Início	Término
i	Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	27/09/2024	BRL	IPCA + 5,17%	Mensal	01/04/2025	15/05/2048
ii	Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	27/09/2024	BRL	IPCA + 11.00%	Semestral	28/03/2025	15/10/2034

c. Movimentação dos empréstimos e financiamentos é demonstrada abaixo:

Passivo	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2025
Circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	-	-	-	-	570	-	570
Juros	688	-	(1.436)	1.717	7.211	-	8.180
Custo de transação	-	-	-	-	(529)	132	(397)
	688	-	(1.436)	1.717	7.252	132	8.353
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos							
Principal	69.595	15.405	-	-	(570)	-	84.430
Juros	-	-	-	7.211	(7.211)	-	-
Custo de transação	-	(827)	-	-	529	-	(298)
	69.595	14.578	-	7.211	(7.252)	-	84.132

	<u>Valor líquido em 31/12/2023</u>	<u>Ingressos</u>	<u>Valor líquido em 31/12/2024</u>
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos			
Juros	-	688	688
	<u>-</u>	<u>688</u>	<u>688</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos			
Principal	-	69.595	69.595
	<u>-</u>	<u>69.595</u>	<u>69.595</u>

Vencimento	<u>Nacional</u>	<u>Total</u>
Circulante		
2026	8.353	8.353
	<u>8.353</u>	<u>8.353</u>
Não Circulante		
2027	3.147	3.147
2028	3.373	3.373
2029	3.373	3.373
2030	3.374	3.374
2031 até 2035	27.234	27.234
2036 até 2040	16.937	16.937
2041 até 2045	17.016	17.016
Após 2046	9.678	9.678
	<u>84.132</u>	<u>84.132</u>
Total	<u>92.485</u>	<u>92.485</u>

12.1. Condições restritivas (Covenants)

Em 27 de Setembro de 2024 foi contratado financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. que conta com garantia de fiança bancária prestada pelo Banco Santander S.A., em montante suficiente para cobrir a totalidade do saldo devedor de principal, juros e demais encargos financeiros.

As fianças bancárias estão respaldadas pelas seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária de ações; (ii) cessão fiduciária de equipamentos; e (iii) cessão fiduciária de direitos creditórios.

O Contrato Geral de Garantias estabelece “Condições Para Pagamento Restrito” que significa (i) estar adimplente com suas obrigações pecuniárias e não pecuniárias previstas no presente Contrato e em quaisquer operações junto ao Fiador; (ii) não ter ocorrido, ou estar em curso, uma Hipótese de Devolução da Fiança; e (iii) ter obtido o ICSD no período de 12 (doze) meses anteriores superior a 1,20x.

A Companhia apurou o cumprimento dos *covenants* financeiros aplicáveis, tendo os índices permanecido dentro dos limites estabelecidos.

Adicionalmente, a Companhia avaliou o cumprimento das demais cláusulas restritivas de natureza não financeira previstas nos contratos e concluiu que, em 31 de dezembro de 2025, encontra-se adimplente com todas as obrigações contratuais aplicáveis.

13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

13.1. Provisões para desmobilização

A Companhia, com o auxílio de especialistas aprimorou durante o exercício de 2025 suas estimativas para os custos de desmobilização, as quais entraram em operação durante o exercício de 2025.

Provisões para desmobilização são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Conseqüentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica solar para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos.

Essas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições no momento inicial do arrendamento.

Os valores abaixo refletem o saldo em 31 de dezembro de 2025, referente à provisão para desmobilização do parque solar em contrapartida ao Imobilizado (nota explicativa 9). O prazo previsto para realização desta provisão é o término dos contratos de arrendamento do parque solar.

O cálculo do valor da provisão para desmobilização foi efetuado com base na estimativa desses custos por consultor externo, projetado até o fim da vida útil do parque solar. A provisão é atualizada mensalmente pela inflação futura (remensurada anualmente) e trazida a valor presente pela taxa de 10,60% a.a.

	Saldo em 31/12/2024	Adição	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Provisão para desmobilização	-	797	84	881
	-	797	84	881

14. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$54.701(R\$66.916 em 31 de dezembro de 2024), representados por 54.700.875 ações ordinárias, em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

A Composição societária é apresentada a seguir:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade em milhares de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade em milhares de ações	R\$ mil	% do capital social
Luiz Gonzaga Holding S.A.	54.701	54.701	100%	66.916	66.916	100%
	54.701	54.701	100%	66.916	66.916	100%

A redução de capital em 2025 é decorrente da captação de recursos juntos ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. para reestruturação de suas obrigações, conforme nota explicativa 12.

Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e são destinados sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos reduzido do incentivo fiscal e dos juros sobre capital próprio-JSCP líquido de impostos.
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

No exercício de 2025, a Companhia não obteve lucro a distribuir.

15. Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre vendas

	2025	2024
Suprimento mercado livre	14.810	634
Receita operacional bruta	14.810	634
(-) Deduções à receita operacional		
Tributos sobre a receita		
ICMS	(3)	-
PIS/COFINS	(544)	(58)
	(547)	(58)
Encargos do consumidor		
TFSEE	(129)	-
	(129)	-
Total deduções da receita operacional	(676)	(58)
Receita operacional líquida	14.134	576

16. Custos e despesas (por natureza)

	2025			2024		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	(2.535)	-	(2.535)	-	-	-
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.189)	-	(1.189)	-	-	-
Material	(25)	-	(25)	-	-	-
Serviços de terceiros (i)	(1.132)	-	(1.132)	(6)	(137)	(143)
Serviços de auditoria	(28)	-	(28)	-	-	-
Depreciação	(5.454)	-	(5.454)	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	(136)	-	(136)	-	-	-
Outras (i)	(475)	(28)	(503)	-	-	-
Total	(10.974)	(28)	(11.002)	(6)	(137)	(143)

- (i) Os gastos classificados como despesas referem-se custos compartilhados.

17. Resultado financeiro

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	697	339
Descontos Obtidos	4	-
Outros juros e variações monetárias	4	-
Receitas financeiras total	<u>705</u>	<u>339</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívida		
Empréstimos	(9.060)	(16)
Atualização para desmobilização	(84)	-
Outras despesas financeiras	(107)	(243)
Despesas financeiras total	<u>(9.251)</u>	<u>(259)</u>
Variação monetária/cambial líquida		
Variação cambial	-	(1.071)
Total variação monetária/cambial líquida	<u>-</u>	<u>(1.071)</u>
Total resultado financeiro	<u>(8.546)</u>	<u>(991)</u>

18. Impostos de renda e contribuição social correntes

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Considerando que a Companhia passou a adotar o regime de lucro presumido, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada com base em percentuais fixos aplicáveis sobre a receita bruta, conforme a legislação vigente. As alíquotas de imposto e as leis tributárias utilizadas para o cálculo dos montantes são aquelas em vigor na data do balanço.

Ausência de incerteza sobre a tributação do lucro

A Companhia adota o regime de tributação pelo lucro presumido, no qual os tributos incidem diretamente sobre a receita, eliminando incertezas quanto ao tratamento fiscal do lucro. Dessa forma, a Interpretação do ICPC 22, que exige a avaliação da probabilidade de aceitação do tratamento fiscal escolhido pela entidade, não gera impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda (15%) e Contribuição social (9%)	<u>(670)</u>	<u>(6)</u>
IRPJ - Corrente	(430)	(4)
CSLL - Corrente	(214)	(2)
Total IRPJ/CSLL - Corrente	<u>(644)</u>	<u>(6)</u>
IRPJ - Diferido	(17)	-
CSLL - Diferido	(9)	-
Total IRPJ/CSLL - Diferido	<u>(26)</u>	<u>-</u>
	<u>(670)</u>	<u>(6)</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

Impostos correntes	2025	
	IRPJ	CSLL
Receita de fornecimento de Energia Elétrica	14.810	14.810
Receita Bruta total	14.810	14.810
Presunção IRPJ (8%) e CSLL (12%)	1.185	1.777
Receita Financeira	697	697
Outras Receitas	8	8
Base de Cálculo	1.890	2.482
IRPJ e CSLL	(449)	(224)
Outros efeitos	2	1
Imposto de renda e contribuição social	(447)	(223)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(430)	(214)
Diferido	(17)	(9)
	(447)	(223)
	-24%	-9%

No regime do Lucro Presumido o lucro tributável é determinado mediante a aplicação de percentuais de presunção sobre a receita bruta auferida no período, os quais variam de acordo com a natureza das atividades exercidas. Sobre o lucro assim determinado são aplicadas as alíquotas de 15% para o IRPJ, acrescida do adicional de 10% quando aplicável, e de 9% para a CSLL.

19. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia classifica os ativos financeiros como custo amortizado ou valor justo por meio do resultado.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação o risco de perda associado a realização dos créditos é baixo e não históricos de perda.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco operacional
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima era de R\$1.853 (R\$635 em 2024) referente a contas a receber. A Companhia entende que o risco de crédito de seu conta a receber é baixo, não sendo identificadas históricas de perdas.

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seu financiamento.

A Companhia possui financiamento de longo prazo a índice atrelado a FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e AFD (Agência Francesa de Desenvolvimento).

Operação	Principal	Taxa	Cenário I (-0,50)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,50)
Banco Nordeste do Brasil S.A. - FNE	75.000	IPCA + 4,40%	345.186	464.405	614.981	804.688	1.043.114
Banco Nordeste do Brasil S.A. - AFD	10.000	IPCA + 11,00%	20.733	23.816	27.167	30.807	34.757

c) Risco operacional

A Companhia está exposta ao risco de modulação em razão da existência de contratos com perfil de entrega constante ao longo das horas do dia (perfil flat), enquanto sua geração, proveniente majoritariamente de fonte solar, apresenta maior concentração nas horas de maior irradiância.

d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

	31/12/2025				31/12/2024	
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	571	273	-	-	844	46
Empréstimos e financiamentos	-	8.353	16.690	67.442	92.485	70.283
Total	571	8.626	16.690	67.442	93.329	70.329

Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2025		31/12/2024		Categoria
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	2.567	2.567	4.700	4.700	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	1.853	1.853	635	635	Custo amortizado
Caixa restrito	2.673	2.673	-	-	Valor justo por meio do resultado
Partes relacionadas	-	-	117	117	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	92.485	92.485	70.283	70.283	Custo amortizado
Fornecedores	844	844	46	46	Custo amortizado

e) Hierarquia de valor justo

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do setor.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

O ambiente tributário brasileiro encontra-se em processo de mudanças estruturais em razão da aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo, que substituirá os tributos atuais PIS, Cofins, ICMS, ISS e parte do IPI pelos novos CBS, IBS e Imposto Seletivo. A implementação ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033, conforme regulamentação aprovada pelo Congresso Nacional.

O processo regulatório segue em evolução, com leis complementares aprovadas em 2024 e 2025 e ajustes adicionais realizados pelo Congresso, incluindo alterações em regimes específicos, benefícios fiscais e isenções. Essas definições podem afetar as bases de cálculo, alíquotas, regras de creditamento e incentivos aplicáveis às operações da Companhia.

Diante desse cenário, permanece incerteza relevante quanto aos impactos finais das mudanças tributárias sobre a apuração de tributos, reconhecimento contábil, margens e fluxos de caixa futuros. A Companhia monitora continuamente a tramitação legislativa e os atos normativos que regulamentam o novo sistema, avaliando eventuais efeitos materiais que possam surgir em períodos subsequentes.

c) Mudanças climáticas

Os parques solares, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, a Companhia não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso solar que impacta na geração de energia.

A Companhia monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso solar para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

20. Cobertura de Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém seguros para Responsabilidade Civil Geral (RCG) no montante de R\$20.000 (limite compartilhado com as controladas) com período de vigência de 30 de novembro de 2025 a 30 de novembro de 2026. Riscos Operacionais com limite máximo de indenização de R\$ 414.626 (limite compartilhado com as controladas) com período de vigência de 01 de maio de 2025 a 30 de novembro de 2026. Os seguros contratados englobam a controladora da Companhia e suas controladas.

21. Transações que não afetaram o caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Atividades de Investimento		
Imobilizado – Adição de desmobilização	797	-

Composição da Diretoria

André Pereira
Diretor Geral

Guy Ishikawa
Diretor Financeiro

Valéria Lopes de Souza
CRC-1SP145065/O-9 S-CE